

A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO INTERIOR DAS GERAES : UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO GRUPO ESCOLAR DE VILLA PLATINA (1908-1950)

THE PRIMARY PUBLIC INSTRUCTION IN THE INTERIOR OF GERAES: HISTORICAL ANALYSIS OF THE VILLA PLATINA SCHOOL GROUP (1908-1950)

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro¹

Elizabeth Farias da Silva²

Sauloeber Tarso de Souza³

Claudia Oliveira Cury Vilela⁴

Sirlene Cristina de Souza⁵

Valéria Aparecida de Lima⁶

Recebido para publicação em 21/08/2009

Aceito para publicação em: 30/09/2009

RESUMO

O Grupo Escolar de Villa Platina teve origem nos primórdios da República, com a inauguração dos três primeiros grupos escolares do Triângulo Mineiro, por volta de 1908. Entre eles, o de *Villa Platina*, nome do atual município de Ituiutaba. O objetivo desta comunicação é apresentar questões relativas ao Grupo Escolar João Pinheiro, circunscrevendo uma análise histórico-crítica que se estende dos primórdios até meados do século XX. A concretização do primeiro Grupo Escolar em *Villa Platina*, atualmente município de Ituiutaba, se deu no início do século XX, no contexto da organização da República, quando ocorreram as tomadas de providências no sentido de promover a racionalização administrativa do Estado brasileiro. O majestoso edifício do Grupo Escolar de *Villa Platina* tinha como proposta tornar visível o ideal republicano, sendo imponente na cena urbana, numa materialização dos valores e modo de vida da elite local. O arranjo elitista desta moderna escola bifurca-se na década de 1930, com a iniciativa de “homens de cor”. Tal iniciativa contou com o apoio do prefeito da época, em um acordo que não circunscrevia a esfera pública-legal. A escola foi denominada “13 de maio”, nome este alterado

¹ Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: betania@pontal.ufu.br

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: lizbet@uol.com.br

³ Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: sauloeber@uol.com.br

⁴ Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: ccovilela@bol.com.br

⁵ Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: sirlenehistoria@yahoo.com.br

⁶ Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: valima11@hotmail.com

em 1940 para “Escola Municipal Machado de Assis”. Os descendentes de escravos africanos utilizavam o prédio do antigo Grupo Escolar de Villa Platina na calada da noite. Trabalhadores da construção civil e empregadas domésticas desenhavam o perfil dos discentes, conforme entrevistas efetivadas com idosos ainda vivos, egressos da “13 de maio” e da “Escola Machado de Assis”. Assim, corpos e mentes moldados no lugar/espaço da escola recebiam esperanças de adentrar em “um novo mundo”, agora com coordenadas geográficas invertidas. No entanto, alguns alunos desistiam dos estudos, em decorrência do cansaço resultante de longas jornadas de trabalho. Posteriormente, o Grupo Escolar João Pinheiro acolheu o segundo Grupo Escolar de Ituiutaba por 17 anos, grupo este chamado “Grupo Escolar Idelfonso Mascarenhas da Silva”. A abordagem metodológica escolhida foi a coleta, reunião e interpretação de documentos escritos e da legislação vigente do período em questão, como também da memória dos ex-alunos e professores dessas escolas. A análise das investigações iniciais, após pesquisa em jornais e revistas do município, da época em estudo e do confronto com fontes orais, revelam que o Grupo Escolar João Pinheiro, majestoso em sua gênese, com a “rotinização” do “ensino primário” conseguiu transcender aos parâmetros educacionais iniciais republicanos, consolidando, assim, sua função social de servir indistintamente.

Palavras-chave: Instrução primária. Grupo escolar. Política educacional

ABSTRACT

The school group of Villa Platina was originated in the early Republic, with inauguration of the first three school groups of Triangulo Mineiro, around 1908. Among them, the Villa Platina, located in the town of Ituiutaba. The objective of this communication is to present questions related to the primary school João Pinheiro, involving a historical-critical analysis of the early to mid-twentieth century. The implementation of the first elementary school in Villa Platina, occurred in the early twentieth century, in the context of the organization of the Republic, occurred when the acquisition of providence to promote the rationalization management of the Brazilian State. The majestic building of the School of Villa Platina proposal was to make visible the republican ideal, and imposing on the scene Urban, a record of the values and way of life of the local elite. Arrangement elitist, this modern school, forks in the 1930s, with the initiative “Men of color.” This initiative was supported by the mayor at the time, this agreement not envolved the public sphere-legal. The school was named “May 13” This name was changed in 1940 to “Municipal School Machado de Assis. The descendants of African slaves used the building of the former primary school of Platinum Villa in the dead of night. Construction workers, employed domestic drew the profile of students, the statement comes from interviews take effect with the elderly, still alive, graduates of the “May 13th” and “School of M Assis. Thus, bodies and minds molded in place/space of the school received hopes of entering a “new world”, now with geographic coordinates reversed. However, some students gave up their studies, due to fatigue resulting from long working hours. Subsequently, the primary school John Pinheiro comported the second group of Ituiutaba school for 17 years, this group called “Grupo Escolar Idelfonso Mascarenhas da Silva.” Methodological approach chosen, it was through the collection, compilation and interpretation of written documents and legislation of the period in question but also the memory of former students and teachers of these schools. The analysis of initial investigations, after research Newspaper of the municipality, the time study and the confrontation with sources oral, show that

the primary school João Pinheiro, majestic in its genesis, with “Routinization” of the “primary” managed to transcend the parameters educational Initial Republicans, thereby strengthening its social function of serving interchangeably.

Keywords: Primary education. Primary school. Educational policy.

A transição do sistema político imperial para o republicano simbolizou um início de modernização e progresso no Brasil. Entretanto, a estrutura educacional manteve-se focada na formação elitista. Nessa perspectiva, os grupos escolares – instituições que não só tiveram influência acerca da forma de organizar o ensino, mas também trouxeram uma nova concepção do educativo escolar, fazendo parte de um agenciamento maior de construção e consolidação de uma nova cultura escolar e da ordem urbana – tiveram sua gênese no Brasil no estado de São Paulo, em 1893. Tratou-se de um fenômeno predominantemente urbano, devido à presença no meio rural de escolas isoladas.

O ensino para as massas apenas progrediu após a Reforma Paulista de 1920, que possuía um caráter inovador e racionalizador no que tangia aos métodos de ensino e administração escolar. Nesse sentido, como preleciona Nagle (2001), a escolarização foi percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como uma força propulsora do progresso da sociedade.

O Grupo Escolar inseriu-se neste cenário de implantação de um Estado baseado no domínio racional-legal, trazendo para a educação uma racionalidade não só substantiva, mas também instrumentalizada nos moldes do processo produtivo, no qual a força de trabalho é formalmente livre e existe uma clara divisão entre o executar e o planejar. No qual, também, a hierarquia impera conjuntamente com a plutocracia vinculada a uma competência. A hierarquia surge por parte de um Estado que se quer moderno, instituindo o controle do dominado e a concentração do domínio.

Em uma sociedade pré-letrada como a brasileira, habituada à força de trabalho escravo, e na qual o Estado era praticamente ausente – exceto nos eixos econômicos dominantes –, a educação é um importante veículo deste. Entretanto, deve envolver racionalidade e mística. Antes da educação laica, a religião açambarcava os dois eixos.

Mesmo com a educação secularizada, mística e racionalidade também se entrelaçam com a construção

da crença na pátria como uma segunda família e a crença da educação com via de ascensão social.

O Grupo Escolar incorpora esses indicativos, particularizando-os dependendo do lugar/espço onde será instalado.

Inicialmente, o Grupo Escolar surge como modalidade de escola primária, propagado em Minas Gerais por meio do inspetor técnico do Ensino, Estevam de Oliveira, que conheceu a modalidade em 1902 (FARIA FILHO, 1996, p. 33), e institucionalmente aceito com a Reforma do Ensino Primário e Normal de João Pinheiro. Essa reforma se deu através da Lei nº 434, de 28 de setembro de 1906, sendo que o artigo 21 da citada Lei tratava especificamente dos grupos escolares.

Segundo Mourão (1962, p. 142-3), “o número mínimo de escolas para constituir um Grupo Escolar seria de quatro, caso em que poderiam ser mistas. Cada escola deveria ter pelo menos a matrícula de 45 alunos”, e mais: “se houvesse tais condições, o governo poderia reunir em Grupo Escolar tais escolas”.

A Lei previa, em seu artigo 28, aulas para o ensino prático de ofício nos grupos escolares, sendo que, para as aulas profissionais, o Secretário do Interior designaria um “mestre de ofício”. Ao governo, caberia fornecer ferramentas e matéria-prima para o funcionamento de tais aulas. Observa-se também uma preocupação com a aprendizagem de um ofício tanto para os meninos, quanto para as meninas, para aqueles e para elas os convencionais até hoje, de certa maneira: operários de construção e trabalhos de costura.

Desse modo, aspectos de progresso e modernização, fundamentados na ideologia liberal, expandiram-se por todo o país nas primeiras décadas do século XX, influenciando a maioria das reformas educacionais elaboradas nas unidades federadas da República. Partindo do local para o global, e do global para o local, é preciso inserir as condições da instituição educativa denominada “Grupo Escolar” no Brasil em termos teóricos. Podemos vincular à discussão as categorias modernidade e modernização.

Para Habermas (2002, p. 5): O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos

cumulativos de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política; às formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas.

Segundo Germani (1974, p. 8), por modernização entende-se o processo de mudança socioglobal no qual se combinam as transformações na esfera produtiva, social e política. Concebemos a modernização como um processo global no qual, entretanto, é necessário distinguir uma série de processos componentes. Em cada país, a peculiaridade da transição resulta, em grande parte, do fato de que a sequência, assim como a velocidade, em que ocorrem tais processos componentes variam consideravelmente de país para país, por conta de circunstâncias históricas diferentes, tanto no nível nacional, quanto no nível internacional.

Para esse teórico, uma nação efetivamente *moderna* deveria, a partir de sua industrialização, gerar um novo complexo cultural, capaz de provocar desenvolvimento econômico, social e político. A modernização social, por exemplo, deveria ser verificada mediante enumeração de seus subprocessos, como a crescente mobilização social da população, a urbanização, as mudanças demográficas (diminuição das taxas de mortalidade, natalidade e alterações na estrutura familiar), o desenvolvimento das comunicações, a ampliação dos estratos sociais médios, a extensão de direitos civis e sociais (educação, consumo, etc.), o surgimento de associações voluntárias e de novas formas de recreação e a redução das diferenças sociais.

A partir das concepções acima, compreendemos por modernização novos processos com múltiplas dimensões na vida dos humanos no decorrer do final do século XIX e meados do século XX. Por outro lado, temos Gómez (2005, p. 173) a indicar “três práticas disciplinares” que contribuem para formatar cidadãos/cidadãs e cidades latinoamericano(a)s no decorrer do século XIX, a saber: as Constituições, os manuais de urbanidade e as gramáticas do idioma. O mesmo autor acrescenta que essas práticas estão ancoradas, “legitimadas”, na escrita e prossegue defendendo que escrever era um exercício que, no século XIX, respondia à necessidade de ordenar e instaurar a lógica da “civilização” e que antecipava o sonho modernizante das elites:

[...] A palavra escrita constrói leis e identidades nacionais, planeja programas modernizadores, organiza a compreensão do mundo em termos de inclusões e exclusões. Por isso o projeto fundacional da nação se leva a cabo mediante a implementação de instituições legitimadas pela letra (escolas, hospitais, oficinas, prisões) e de discursos hegemônicos (mapas, gramáticas constituições, manuais, tratados de higiene) que regulamentam a conduta dos atores sociais, estabelecem fronteiras entre uns e outros e lhes transmitem a certeza de existir dentro ou fora dos limites definidos por essa legalidade escriturária. (GÓMEZ, 2005, p.173).

O autor salienta que será a pedagogia a grande “artífice” da materialização desta “subjetividade moderna”: “A escola transforma-se num espaço de internamento onde se forma esse tipo de sujeito [...] O que se busca é introjetar uma disciplina na mente e no corpo que capacite a pessoa para ser útil à pátria.” (Ibidem).

Adentrando o interior do Brasil, mais especificamente em Ituiutaba, município localizado no Pontal do Triângulo Mineiro, duas foram as preocupações que moldaram a criação de grupos escolares nessa localidade: a consolidação do regime republicano e a necessidade de transformação da realidade educacional no Estado, envolvendo desde a precariedade do espaço físico escolar até o elevado índice de analfabetismo, herdado do Império.

Além da formação de força de trabalho, havia também a preocupação de controlar o eleitorado, pois, ao contrário do período imperial, foi estabelecido na primeira Constituição Republicana (1894) o voto somente para alfabetizados. Segundo a “Gazeta de Uberaba”, Villa Platina é descrita como uma “próspera localidade do Triângulo Mineiro”. Nesse sentido, podemos inferir a capacidade de sua elite de pressionar a nova modalidade de Ensino Primário. Observamos, portanto que a construção de edifícios específicos para grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos Estados, que tinham no urbano o espaço privilegiado para sua edificação, em especial nas capitais e cidades economicamente prósperas, enquadrando-se nesse contexto o município de Villa Platina.

O aludido Grupo Escolar foi criado em 23 de dezembro de 1908 por meio do Decreto Lei nº 2327. Conforme explicitam Ribeiro; Silva (2003, p. 31-2), no momento da criação e implantação do Grupo Escolar de Villa Platina, era agente executivo Fernando

Alexandre Vilela de Andrade (1908 a 1911), fazendeiro e portador de “diploma científico” (Minas Geraes, 1908, p. 911). Para possibilitar o funcionamento do Grupo Escolar tornou-se obrigatório no município o Ensino Primário no meio urbano e rural, pois com tal medida seria conseguida a frequência necessária demandada pela Lei da Reforma João Pinheiro afeita aos grupos escolares.

Na *Gazeta de Uberaba* (Minas Geraes, 1908, p. 910), Villa Platina é descrita como uma “próspera localidade do Triângulo Mineiro”. Na mesma matéria, há um depoimento de uma autoridade policial que destaca:

A instrução tem sido a principal preocupação, não só do povo mas também do governo Municipal [...] e para se afirmar as nossas asserções, estão aqui o “Colégio S. Luiz sob direção particular; o grupo escolar, cuja adaptação do prédio já se acha concluído” [...] As referências em termos de produção econômica do município naquele momento eram a rizicultura e o gado *vacum*, mas havia um prognóstico de a cidade industrializar-se. Pode-se inferir, portanto, a capacidade de sua elite para pressionar a nova modalidade de ensino primário. Como observado anteriormente, o agente executivo naquele momento era fazendeiro e junto a ele, com o desejo de construção de um grupo escolar, estavam outros da mesma atividade. [...] Além disso, podem-se inferir articulações no âmbito da política entre o domínio/poder estadual e o domínio/poder local, seja em sua manifestação tradicional, seja na moderna.

Para a concretização deste ato, a cidade de Villa Platina teve que se mobilizar através de sua elite local, fosse ela econômica, política e educacional.

Como observado anteriormente, o agente executivo naquele momento era fazendeiro e, junto dele, com o desejo de construção de um Grupo Escolar, havia outros da mesma atividade. Devemos também relembrar que: a) a Constituição Republicana proibia o voto ao analfabeto ao contrário dos primórdios do Império. Logo, a elite tinha interesse na socialização secundária básica de seus futuros eleitores.

No dia 20 de junho de 1905, a obra estava pronta e o contrato desta “[...] associação platinense é translúcido nos seus objetivos. Preto no branco. Traduz a preocupação dos promotores pelo progresso do ensino, com internato misto”. (RIBEIRO; SILVA, 2003, p. 32).

O internato foi denominado como Colégio Santo Antônio. É a partir desta construção que o Grupo Escolar Villa Platina se concretizará no atual município de Ituiutaba. É assinalado que o Grupo Escolar “[...] mudou os hábitos, costumes dos tijucanos. Passou a ser palco das atenções e realizações esportivas, culturais da cidade”. (RIBEIRO; SILVA, 2003, p. 32). Vemos, portanto, que o Grupo Escolar foi um dos indicadores de um processo de modernização que já adentrava o interior do recente país republicano.

O Grupo Escolar Villa Platina em seu primeiro momento foi dirigido por um homem. Somente em 1927 ele seria dirigido efetivamente por mulheres, embora em determinado período de transição o grupo tenha sido dirigido por uma mulher, mais especificamente entre o primeiro e segundo mandato da direção.

O primeiro diretor foi Benedito Chagas Leite, antigo professor no Colégio Santo Antônio. Sua escolha foi negociada no local entre Tobias da C. Junqueira e a Prefeitura, que condicionou a cessão do prédio do Colégio Santo Antônio à indicação do primeiro diretor. À época, a efetivação do diretor se dava por indicação do poder executivo estadual. Negociações foram feitas. Essas foram indicativas de um traço até agora indelével de nossa cultura política: o ostensivo apadrinhamento na ocupação de cargos.

Portanto, na indicação do diretor evidenciou-se uma característica do domínio tradicional masculino. A pessoalidade no preenchimento de cargos. O diretor homem; as professoras mulheres. Nominalmente, temos três delas: Alzira Alves Vilela (ocupou a direção entre o primeiro ocupante e o segundo ocupante do cargo; a professora Alzira era filha do primeiro agente executivo do município – Capitão Augusto Alves Vilela), Minervina Cândida de Oliveira e Ana da Silva – a Sianinha.

As condições de infraestrutura da construção do grupo eram precárias e todas as professoras e o diretor “[...] levantavam a manga da camisa e iam trabalhar, limpando o grupo” (RIBEIRO; SILVA, 2003, p. 34). Quando chovia, Alzira V. Tavares é citada nominalmente fazendo essa tarefa. Outra referência à professora é de sua irmã: “Minha irmã não discriminava, amava os pobres e os ricos. Quando um aluno ‘faltava’ por não ter uniforme, ela chegava a fazer campanha para estes alunos e conseguia vesti-los.” (RIBEIRO; SILVA, 2003, p. 34). Notemos como o

termo discriminar é utilizado na acepção apenas de distribuição de riqueza.

O uniforme das crianças era feito por uma costureira nominada D. Adelica. Segundo a mesma, o uniforme das meninas era branco, com mangas que traziam dois enfeites brancos cada, enquanto a saia era azul, rodada e “pregueada” na canela, havendo também uma gravata. O uniforme dos meninos consistia em calça comprida azul e a camisa azul, com a gravatinha na gola. Uniforme, uniformidade, a escola laica prepara cidadãos, todos iguais perante a Lei, formalmente. Uma sala de aula comportava tanto meninos, quanto meninas, porém essas se sentavam na frente, enquanto aqueles ficavam nos fundos. Ambos ocupavam bancos de madeira com espaço para dois estudantes.

O arranjo elitista desta moderna escola bifurcasse na década de 1930, com a iniciativa de “homens de cor”. Tal iniciativa contou com o apoio do prefeito da época, em um acordo que não circunscrevia a esfera pública-legal. A escola foi denominada “13 de maio”, nome este alterado em 1940 para “Escola Municipal Machado de Assis”. A escola noturna “13 de maio” foi uma escola para trabalhadores e trabalhadoras analfabetos.

Depreende-se pelos depoimentos que a escola “13 de maio” na sua origem atendeu a analfabetos adultos trabalhadores, mas, gradativamente, a idade foi diminuindo, passando a guardar similaridades com a escola noturna do Brasil imperial. Entretanto, a “13 de maio” tem a peculiaridade de sua demanda estar especialmente relacionada a um grupo de “pessoas de cor” (segundo expressão assumida na época, inclusive pelo grupo étnico de descendentes de africanos). A escola se diferenciava, ainda, pelo fato de atender a mulheres trabalhadoras e pessoas do grupo de descendentes de europeus ou mestiços.

Outro ponto para destaque é a origem da organização do grupo que demandou a criação legalizada de escola. No transcrito acima é citada a “Legião Negra”, proveniente de Campinas (cidade do estado de São Paulo), no entanto, em documento da própria escola – atualmente chamada “Machado de Assis” – há transcrição de um depoente na qual é expressa a influência de Uberlândia (cidade de Minas Gerais, próxima de Ituiutaba). Nesse documento, afirma-se que “[...] um grupo de negros vindos de Uberlândia [...], por volta de 1935-1936, para Ituiutaba, aqui fundou a Legião Negra”. (In: *O sertanejo*, 1986,

p.02). Portanto, há um desencontro de informações que os demais entrevistados também não conseguem confirmar ou desmentir com segurança. A iniciativa coube aos “negros” na demanda pelo funcionamento da escola. A escola foi legalmente originada em 04 de maio de 1937 com a Lei nº 13, no atual município de Ituiutaba, localizado no Triângulo Mineiro do estado de Minas Gerais. A “Escola Municipal Noturna 13 de maio” – em 25 de novembro de 1941, com o Decreto Lei nº 73, o nome é modificado para “Escola Municipal Machado de Assis” (Ibidem) – funcionava em um dos mais pomposos prédios da cidade.

O Grupo Escolar João Pinheiro (criado em 1908). Um lugar/espço privilegiado, um próprio conquistado pelos “eleitos na terra”. Logo, não possuía prédio “próprio”, mas possuía “táticas” e a escolarização foi uma das táticas para inserção social. O Brasil da década de 1930 sofre modificações indicadoras de um incipiente processo de “modernização” econômica e social. Nesse momento no país surgem marcas de uma urbanização vinculada à industrialização, que atrai pessoas para as cidades. No referente à cidadania, o Brasil tinha a obrigatoriedade da alfabetização para o ato de votar. Para constar: em outubro de 1937, com um golpe dentro do golpe, o voto será cerceado.

Entre a instalação do primeiro Grupo Escolar em Ituiutaba (1910) e o segundo – (1947), denominado Idelfonso Mascarenhas da Silva, ocorre uma lacuna, uma ausência de 37 anos da esfera pública nos assuntos referente à Educação. No ano de 1947, o Secretário da Educação do Estado Professor Idelfonso Mascarenhas, juntamente com o Chefe de Gabinete Dr. Hélio Benício de Paiva, conseguem instalar em Ituiutaba uma segunda instituição educacional municipal, o Grupo Escolar (de ensino primário) Instituto Idelfonso Mascarenhas. Nomearam como diretora Maria Moraes. Notemos que o município ficou durante 37 anos contando com apenas umas instituição de ensino pública. Esse fato pouco teria interesse se a referida instituição atendessem à demanda de alunos existente na região, o que se mostra uma inverdade quando da instalação do Grupo Escolar Idelfonso Mascarenhas, que inicia suas atividades contando com cerca de 460 alunos, divididos em três turnos: manhã, tarde e noite.

No dia 12 de Julho de 1947, o município recebeu seu primeiro curso supletivo, sediado no Grupo Escolar Idelfonso Mascarenhas. Esse tipo de ensino

estava sendo difundido por todo o país, devido à exigência de se alfabetizar a população em idade escolar avançada e ainda analfabeta, que não havia recebido do Estado a oportunidade de frequentar uma escola na idade ideal, ou seja, durante a infância. O objetivo maior do Estado era o de formar uma força de trabalho qualificada capaz de atender à demanda das nascentes indústrias da época, e Ituiutaba não fugiu à regra. A partir desse período, houve uma diminuição drástica nos índices de analfabetismo no Brasil.

Em 1949, Ituiutaba dispunha de cinco instituições que ministravam o Ensino Primário, entre elas o Instituto Marden, o Grupo Escolar Idelfonso Mascarenhas da Silva, a Escola Santa Teresa e o Ginásio São José. O abandono do Triângulo Mineiro pelo Estado é denunciado no jornal de Ituiutaba, lembrando que em época de eleição se promete tudo e logo se esquece.

Por volta dos anos 1950, os problemas do município de Ituiutaba referentes à Educação se agravaram ainda mais. O Grupo Escolar Mascarenhas, que até então não possuía prédio próprio para seu funcionamento, foi agregado ao grupo João Pinheiro, o qual necessitava de urgente reforma, mas as verbas nunca saíam. O governo então decide liberar o valor de Cr\$163.434,60 para a reforma do Grupo Escolar João Pinheiro e um orçamento de Cr\$564.000,00 para a construção do Grupo Escolar Mascarenhas. Em 18 de maio de 1952, um incêndio avassala com Grupo Escolar João Pinheiro, destruindo a biblioteca, grande parte do assoalho e todo o teto do pavilhão central. O grupo então ficou fechado por mais de um ano devido a negligências políticas e, mesmo depois de acabada a construção do prédio, ainda manteve-se fechado por falta de mobiliário.

Inúmeras crianças foram prejudicadas, ficando sem aulas. A cidade já não tinha escolas suficientes para atender à demanda de alunos, de modo que, com a desativação de uma delas, a situação se agravou. Diante disso, o Grupo Escolar Mascarenhas, além de não possuir um prédio próprio para a realização de suas atividades, ainda passou a contar com um excesso de alunos. Não se sabia quando seria construído um prédio para essa escola.

Enquanto uma instituição pública se encontrava fechada pela incapacidade de seu prédio funcionar, e outra com um número excessivo de alunos, o colégio Santa Teresa inicia a construção de seu exuberante

prédio, destinado somente à educação de meninas no ensino convencional.

Esses investimentos nas escolas privadas, e a quase inexistência de escolas públicas, demonstram uma seletividade em relação à população que continuam acesso ao ensino, já que a maioria da população brasileira era constituída por pessoas que viviam com renda mínima.

Logo, a justificativa demográfica fica totalmente prejudicada, pois o surgimento de quatro escolas é indicativo de uma demanda efetiva pelo ensino. E mais, demonstra que o setor privado teve um papel decisivo na implantação de escolas primárias em Ituiutaba.

Nesses termos, o quadro abaixo corrobora a problematização do presente trabalho.

1901/1910
- Grupo Escolar João Pinheiro
- Escola do Professor José de Alencar
- Escola do Professor Afonso José Colégio Santa Cruz
- Externato/Colégio São Luiz
- Colégio Santo Antônio
1911/1920
- Colégio das Irmãs Belgas
- Instituto Propedêutico Ituiutaba
- Escola São José (popularmente Escola do Laurindo)
1931/1940
- Instituto "Marden"
- Colégio Menino Jesus de Praga
- Colégio Santa Tereza
- Colégio São José

Quadro 1 – Escolas Urbanas Públicas e Particulares de Ituiutaba (1900-1940)

Fonte: Depoimento de Hélio Benício de Paiva (2001). Dissertação de mestrado p.55

Nota: Por insuficiência de dados, não foi possível elencar as escolas do período 1921/1930.

No período compreendido entre 1933 e 1937, o governo mineiro dá continuidade à política escolar estabelecida no governo de Olegário Maciel. A suspensão da crise política com a ascensão de Benedito Valadares ao poder, a incorporação de Minas ao projeto revolucionário, o apaziguamento da oligarquia estadual e a aceleração do programa de desenvolvimento da economia não provocam

mudanças substantivas na política educacional do estado.

O caráter modernizador que Benedito Valadares imprime à sua administração, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, faz que essa administração abandone a linguagem restritiva que marca os pronunciamentos relativos à Educação no governo de Olegário Maciel, substituindo-a por um discurso em defesa do Estado.

Dessa forma, embora já não se fale mais abertamente em fechar escolas e a adoção de algumas medidas como, por exemplo, a reabertura de 668 escolas rurais, fechadas em 1931, e a criação de 28 novos grupos em 1934 sugeriram a revitalização do setor, o governo adota iniciativas que, na prática, acentuam a tendência de descartar os compromissos em relação à oferta e à manutenção do ensino. No âmbito do ensino primário, essas medidas atingem, sobretudo, as escolas rurais. Por meio do Decreto Lei nº 11.297/34 transfere-se aos municípios o encargo relativo à manutenção do ensino rural, cabendo ao Estado a parte administrativa e técnica ou, mais precisamente, a fiscalização (2003, p. 319-20) No ensino rural, a política do coronelismo se articula no interior da Geraes, de tal forma que os pais que almejam a instrução primária para os seus filhos acabam por dever favor aos coronéis de cada município do estado de Minas Gerais, e assim sucede o clientelismo e o favoritismo utilizando a escola como garantia eleitoral.

Isso também é estendido ao pagamento aos funcionários e aos professores por meio do município, pelo repasse de 10% (dez por cento) da renda de contribuição do Estado para Educação e Saúde, pois o que deveria ser o direito do funcionário/a e do professor/a de receber seu salário passa a ser um favor político, refletido na famosa frase que ainda se ouve no meio docente: “Neste mês ganhei tanto do governo, ao invés de: nesse mês recebi o salário referente ao trabalho desenvolvido”. (PEIXOTO, 2003, p. 320).

Peixoto (Ibidem, p. 320-1) explicita da seguinte forma:

Uma professora, num período bonançoso para o magistério, trabalhava em uma escola rural e percebia vencimentos de 320\$000. De repente [...] uma revolução e um Presidente ou um Secretário resolve fazer economia. Foram visados os funcionários da Educação. E a professora passa, da noite para o dia, ao ordenado de 160\$000. Resignada, continua a caminhar uma légua a pé, para ir levar um pouco de luz aos pequeninos. A escola rural passara à prefeitura.

O Prefeito era inimigo político do pai da professora. Então, para forçá-la a deixar a cadeira, resolveu não pagar-lhe o ordenado. O pai da professora achou que a filha devia continuar a trabalhar, até ver onde ia o capricho do Sr. Prefeito. Depois de 20 meses de trabalho sem vencimentos, a moça resolveu desistir da cadeira. E aguardaram todos que um dia a política virasse, se mudasse o prefeito e recebesse a professora os atrasados.

A ordem, então, é que a escola fosse atrelada àquela definida pelos ideais mandatários do novo regime autoritário denominado Estado Novo. O Governo de Getúlio Vargas empreende todo esforço no coroamento da escola privada. Isto parece ser uma tendência dos governos ditatoriais. Pois, a democratização das oportunidades educacionais restringem aos discursos públicos, motivados por uma linguagem sedutora empreendida no discurso do poder opressor.

Essas relações antagônicas que aparecem para opor como sendo governo popular são na verdade formas de manipulação do poder dominante diante aos dominados. Nesse sentido, investir em Educação e proporcionar ao povo a emergência de uma consciência crítica que se constrói ao longo da apropriação do saber instituído. Manter essa população sob a rédea do senso-comum, e assegurar de todas as formas a dominação ideológica do poder instituído. Os ciclos ditatoriais no Brasil são extensos, e intensos em suas armadilhas contra a democratização da educação pública. O mesmo mecanismo de manipulação se repete no período de 1964 a 1985.

Concluímos que o Grupo Escolar João Pinheiro teve sua gênese no projeto de modernização da República, apresentando-se como um dos símbolos dessa modernidade. Entretanto, ele atendia, prioritariamente, à elite político-econômica local. A elucidação dessa elite dentro do Grupo Escolar se verifica na presença de professores que eram representantes das oligarquias de poder, como, por exemplo, Alzira Alves Vilela, filha do primeiro agente executivo de Ituiutaba. Não obstante, com o posterior surgimento da Escola 13 de Maio, posteriormente e legalmente denominada Machado de Assis, aliado à criação do segundo Grupo Escolar de Ituiutaba Idelfonso Mascarenhas da Silva, o majestoso prédio do Grupo Escolar João Pinheiro conseguiu, com a “rotinização” do “ensino primário”, transcender aos parâmetros educacionais iniciais republicanos, consolidando, assim, sua função social de servir indistintamente.

Concomitantemente, surgem escolas privadas laicas e confessionais que atendiam à elite dominante, mas ao mesmo tempo abrangiam por via de bolsas de estudos uma parcela da população de menor escala social. Devido ao desinteresse do poder público no que tange ao investimento em Educação, até a década de 1950 o ensino público deteriorou-se em contraste com a plena ascensão do ensino privado. Nessa perspectiva, o majestoso palácio republicano paradoxalmente tem sua derrocada promovida pela mesma fonte de sua criação, o Estado.

REFERÊNCIAS

- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906-1918)**. São Paulo: FEUSP, 1996. (Tese de Doutorado).
- MINAS GERAIS. **Anuário de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1908.
- GERMANI, Gino. **Sociologia da modernização**. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
- GÓMEZ, Santiago Castro. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas**. São Paulo: CLACSO, 2005, p.179.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MOURÃO, Paulo K. Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Educação e Estado Novo em Minas Gerais**. Bragança Paulista: Edusp, 2003.
- RIBEIRO, Betânia de O. L.; SILVA, Elizabeth Farias da. **Primórdios da escola pública republicana no Triângulo Mineiro**. Ituiutaba: Egil, 2003.
- FONTE DOCUMENTAL:**
- TELEGRAMA PARA O SR. HÉLIO BENÍCIO DE PAIVA (1947) Oficializando a fundação do segundo Grupo Escolar de Ituiutaba.
 - DIÁRIO DE CLASSE (1914-1921) DA PROFESSORA ALZIRA ALVES VILLELA TAVARES. (Grupo Escolar de Villa Platina)
 - PLANOS DE AULA (1914-1921) DA PROFESSORA
- ALZIRA ALVES VILLELA TAVARES. (Grupo Escolar de Villa Platina)
- ATAS DA CÂMARA LIVROS DO ACERVO DOCUMENTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA (PERÍODO 1930 A 1960);
- JORNAIS:**
- 1934 – “O Sertão” – Diretor: Dr. Petrônio Rodrigues Chaves;
 - 1934 – “O Jornal de Ituiutaba” – Diretor/Empresário: Cícero de Freitas Barros;
 - 1935 – “O Vencedor” – Diretor: Laci V. Andrade – Redação: João D. Ribeiro;
 - 1942 – “A Folha de Ituiutaba” – Diretor: Ítalo Gentil;
 - 1943 – “A Folha da Semana” – Diretor: João Petrágliã;
 - 1949 – “A Gazeta de Ituiutaba” – Diretor: Benjamin Barbosa;
 - 1951 – “O Autonomista” – Diretores: Manoel Agostinho e João Petrágliã;
 - 1958 – “O Correio do Pontal” – Jornalistas: Pedro de Moraes e Luiz Alberto Junqueira.
- FONTE ORAL**
- ENTREVISTAS:**
- Dr. Hélio Benício de Paiva
 - Nagib Bitar Moura
 - Rodolfo Leite de Oliveira
 - Sra. Geralda da Silva (ex-aluna da Escola 13 de Maio)
 - Antônio Francisco da Silva
 - Sr. Neco (ex-aluno da Escola 13 de Maio)